Morro de Osório abriga uma das últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica do Litoral Norte gaúcho

Carolina Zanette Dill / 6 de julho de 2023 / Reportagens

Meio ambiente | Projeto de extensão da UFRGS reúne instituições educacionais, sociedade civil e órgãos públicos para debater sobre o desenvolvimento sustentável do território, definido como Área de Proteção Ambiental (APA) desde 1994

**Foto: Flávio Dutra/JU*

Às margens da BR-101, no município de Osório, em direção ao litoral norte, é possível avistar um grande morro coberto por área verde, o chamado Morro de Osório, conhecido também como Morro da Borússia. Muitos que trafegam pela rodovia sequer imaginam que o território de 6.064 hectares é um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da região. Ainda, aqueles que decidem adentrar pelas estradas que levam ao seu topo encontram poucas placas que identificam o local como uma Área de Proteção Ambiental (APA).

A riqueza da região se traduz, em parte, pela sua biodiversidade. Sua flora se destaca pela presença de canjerana, ipê-amarelo, angico-vermelho e camboatá-vermelho, assim como de espécies ameaçadas de extinção, como palmeira-jussara, araucária, xaxim, orquídea e almécega. Já com relação à fauna, foram registradas mais de 287 espécies, entre aves, anfíbios, répteis, mamíferos e peixes. Além disso, importantes bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul atravessam o local, como a Bacia do Rio dos Sinos, do Rio Tramandaí e do Litoral Médio.

A historiadora Isabel do Santos conta que, na década de 70, a região era tomada pela plantação de cana-de-açúcar em escala industrial. "Na parte da frente do Morro, era comum enxergar as roças de cana, as roças de milho. No mês de maio, era colocado fogo para o corte, então nós víamos a fumaça saindo", relembra. Em 1990, após o encerramento das atividades da empresa canavieira que dominava o cultivo, uma série de discussões veio à tona sobre o futuro do local.

A extensa área territorial foi instituída como uma unidade de conservação de uso sustentável, denominada APA Morro de Osório, pela **Lei Municipal n.º 2.665, de 1994**, na tentativa de conter a sua degradação. Transformar um território em Área de Proteção Ambiental significa que é permitido certo grau de presença humana, desde que se garanta a proteção dos atributos naturais e culturais do local. As APAs prezam pela conciliação entre ocupação e conservação da natureza. Dessa forma, certas atividades são aceitas – desde que não haja risco ao ambiente.

:: ÚLTIMAS

Carta aos leitores | 12.09.24

Crise climática aponta necessidade de mudanças na produção e no consumo de alimentos

Gabriel Tossi e a busca por conhecimento

Estratégia para enfrentar a desinformação climática

Biodiversidade e poluição

Neuroantropologia: unindo biologia e cultura

Carta aos leitores | 05.09.24

Apesar de mudanças na lei, bioma Pampa sofre com perda de vegetação

Porto Alegre: da catástrofe climática a uma reconstrução catastrófica?

A localização da APA Osório, ocupando uma área de serra próxima ao litoral, é responsável pela rica biodiversidade da região (Foto: Flávio Dutra/JU)

Diante da determinação e da aplicação das novas regras, como a redução do desmatamento irregular, a Mata se recompôs. Atualmente, a vegetação consiste em mata secundária em estágio médio de regeneração. Ou seja, a região passou pela degradação da sua flora original e se encontra em processo de recuperação. De acordo com o biólogo Eduardo Ruppenthal, o território representa em torno de 7% do bioma Mata Atlântica original da cidade.

> *"O que tem de preservado está dentro da APA. O seu estabelecimento ajudou a preservar ou tentar recuperar o pouco que nós temos"*
>
> — Eduardo Ruppenthal

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o principal instrumento jurídico que fundamenta o trabalho de conservação no Brasil. A **legislação** que rege o SNUC aponta que toda unidade de conservação deve dispor de um Plano de Manejo próprio, documento que define as normas para o uso da área e a administração dos recursos existentes e que deve ser renovado a cada cinco anos. Após a criação em 1994, entretanto, o primeiro Plano de Manejo da APA Morro de Osório foi implementado apenas em 2008, e o seu processo de atualização levou 14 anos. A partir de um estudo financiado pelo grupo CPFL Transmissão de Energia Sul II, em novembro de 2022, a prefeitura municipal colocou o **novo documento** em vigor. "O Plano de Manejo nada mais é do que um norte, um plano diretor para essa área", explica o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária de Osório, Dirlei Souza.

O SNUC também orienta para a necessidade de criação de um Conselho Gestor, uma instância colegiada entre representantes de órgãos públicos e da sociedade civil ligada ao território, de caráter consultivo, para tratar das questões que envolvem exclusivamente a APA. Até 2007, a unidade de conservação não possuía um Conselho. Com a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Osório (COMDEMA), ficou a cargo do órgão deliberar sobre o Morro. Foi em 2022, junto aos estudos para a implementação do Plano de Manejo, que o primeiro Conselho Gestor foi proposto. "O Conselho de Meio Ambiente é de todo o município, ele não é só da área da APA. Então, não é uma atribuição que caberia a esse conselho, mas, na ausência do Conselho Gestor, ele acabava cumprindo esse papel", explica Jonas Seminotti, professor do Câmpus Litoral Norte da UFRGS na área de Dinâmicas Regionais e Educação no Campo.

Seminotti é coordenador do Fórum da APA Morro de Osório, um projeto de extensão da UFRGS, composto por instituições educacionais, representantes da sociedade civil e órgãos públicos e voltado para a abertura de debates sobre os desafios e as oportunidades que atingem o território.

> *"É muito mais esse papel mediador, articulador dos atores para que eles próprios se constituam sujeitos desse processo. O Fórum é um processo de resistência, sobretudo no sentido de organizar as pessoas para a resistência, e a resistência levando à preservação"*
>
> — Jonas Seminotti

O Fórum iniciou suas discussões em 2016, por demanda de um coletivo de moradores que sentiam a necessidade de uma organização um pouco maior junto aos agentes internos e ao poder executivo municipal. O grupo questionava a implantação de linhas de transmissão e de uma subestação de energia dentro do território, por observarem a falta de estudos aprofundados sobre outras possibilidades de local para a sua construção, sem considerar os riscos que a obra poderia trazer à fauna local.

Capitaneada pelo grupo CPFL, a construção das linhas e da subestação é tema de uma **Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2022**. Na ação, o MPF pediu a suspensão da construção até que sejam feitos novos estudos e mais debates com a população.

"Isso foi um marco na cidade. Foi uma das poucas vezes que a comunidade conseguiu se mobilizar para barrar um projeto ou, pelo menos, para conseguir colocar alguns freios estratégicos de negociação", aponta Ricardo Dagnino, professor do Departamento Interdisciplinar do Câmpus Litoral Norte e vice-coordenador do Fórum da APA Morro de Osório.

A partir da ACP, que está em tramitação na 1.ª Vara Federal de Capão da Canoa, a CPFL já realizou um novo levantamento da percepção da população, concluído em fevereiro deste ano. No mesmo mês, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) emitiu a licença de operação, o que permite que a empresa comece a transportar energia pelas linhas de transmissão.

Atualmente, o Fórum segue acompanhando as decisões e busca um olhar atento às atualizações do Plano de Manejo, além de uma maior participação dos próprios moradores nas tomadas de decisão que permeiam a APA.

Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional sustentável deve ser o motor de uma Área de Proteção Ambiental, onde se busca garantir que a geração de riquezas seja acompanhada de medidas que preservem o ambiente e melhorem as condições de vida da população local. Entre as principais iniciativas, destacam-se o incentivo à produção de energia limpa, a implantação de políticas de reciclagem e de reutilização de materiais, o fomento à agricultura orgânica e ao turismo ecológico.

Silvia Munari é enfermeira por formação, mas há três anos decidiu dedicar-se exclusivamente à agricultura familiar, passando a viver do cultivo de milho, arroz, trigo e ovos e do turismo rural de base comunitária.

Não é negacionismo, é projeto deliberado

> *"O objetivo inicial de ter um sítio em um lugar como esse era dar o exemplo, era fazer o diferente. Era impactar a comunidade de uma forma saudável, que preserve o meio ambiente"*
>
> — Silvia Munari

Silvia Munari é enfermeira, mas sempre esteve ligada ao trabalho no campo, seja na área da Saúde em assentamentos de trabalhadores rurais ou, agora, em sua propriedade no Morro de Osório, no Sítio Urutau. Além de milho, trigo e hortaliças, Silvia chama – e é prontamente atendida – seus animais pelo nome, inclusive as cinco carpas do lago (Foto: Flávio Dutra/JU)

A gestão de uma APA costuma enfrentar desafios que vão desde a falta de recursos financeiros até a resistência de comunidades locais em relação às restrições. "Muitos moradores veem a APA como 'não pode': não pode cortar, não pode passar veneno, não pode construir, não pode queimar. Viver na APA para grande parte das pessoas é o 'não pode'", afirma a agricultora.

A historiadora Isabel dos Santos declara que, durante o processo de implementação da APA, não houve discussões com os moradores, o que dificultou o entendimento sobre o significado da classificação. "Se tivesse sido discutido o que se podia e o que não se podia como uma forma de conscientização, não teria esse problema."

Silvia procura mudar essa mentalidade por meio do exemplo. Ela não deixa de ter a sua plantação e os seus resultados, e procura introduzir ações sustentáveis no cultivo, como o uso de cobertura verde, o rodízio de plantações sem a utilização de agrotóxicos, a criação de cisternas para coleta de água da chuva, o aproveitamento dos aclives e declives naturais da região e a ideia de economia circular.

Fotos: Flávio Dutra/JU

O agricultor familiar e artesão Fábio Silveira é um nativo da Borússia e acompanhou de perto as mudanças ao longo dos anos. Segundo ele, foi possível observar um aumento no número de habitantes. "Veio bastante gente de outras regiões em busca de algo diferente", comenta. O número se reflete na taxa de crescimento populacional. De acordo com o Plano de Manejo de 2022, houve um aumento estimado de 14,4% na população da região desde 2008, totalizando aproximadamente 1.021 moradores. A área predominantemente rural passou por uma expansão de características urbanas, com a chegada de frigoríficos, pousadas e restaurantes.

Com a demora para a implementação do primeiro Plano de Manejo, da atualização e da consequente fiscalização, uma série de dificuldades tornaram-se latentes, como a ocupação irregular do solo em áreas de preservação permanente, a especulação imobiliária, a presença de atividades não condizentes com as diretrizes em vigor e a agricultura intensiva e extrativista. A degradação ambiental e a abertura de poços artesianos de forma desenfreada trouxeram a falta de água para a Borússia, em função do esgotamento dos lençóis freáticos. Parte da população depende de poços comunitários e do recebimento de água através de caminhões-pipa.

Artesão e pequeno agricultor, Fabio é particularmente preocupado com a preservação ambiental da região em que vive desde que nasceu. Suas cabras são parte de um projeto de trabalho ainda indefinido que "aos poucos vai se formando", afirma (Foto: Flávio Dutra/JU)

Outra demanda por parte dos moradores é pela regularização fundiária. Na APA, muitos terrenos foram passados de pais para filhos, sem a devida titulação. A venda de loteamentos irregulares através de contrato de compra e venda, sem escritura pública, também é uma realidade. Além dessas problemáticas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária afirma que irá trabalhar para trazer maiores incentivos para a fixação do agricultor no campo, uma vez que muitos não encontram vantagens nas atividades dentro da unidade de conservação. "Quando a gente fala em valorização do território rural, é ele ter validade para o proprietário, ter uso, poder gerar renda", sugere o biólogo Rodrigo Roduit, da Prefeitura Municipal de Osório.

O órgão reconhece essas questões como as principais demandas a serem solucionadas a partir da nova legislação de 2022 e declara que as ações ainda devem ser discutidas com o novo conselho gestor.

Ricardo Dagnino defende que o desenvolvimento regional sustentável deve estar diretamente ligado à participação dos moradores na tomada de decisões, em que se deve buscar um modelo mais participativo e democrático.

> *"O desenvolvimento tem que procurar dialogar. É importante a gente entender que o mundo é dinâmico, a vida é dinâmica, a política é dinâmica"*
>
> — Ricardo Dagnino

Fotos: Flávio Dutra/JU

Um morro para ser visto de frente

Outra pessoa que veio de fora para o morro foi o ex-representante comercial Francisco dos Reis. Após uma visita, se encantou com as riquezas naturais da localidade e, no ano de 2009, decidiu sair de Porto Alegre para morar na Borússia. Hoje ele vive do turismo ecológico e atua como um ativista ambiental da região.

> *"As pessoas vêm para cá com a intenção de olhar a cidade de cima e acabam ficando de costas para o morro. Poucos sabem o valor que é viver aqui"*
>
> — Francisco dos Reis

Uma questão que diferencia o Morro de Osório das outras APAs são as suas paisagens. "Essa é uma APA que possui uma biodiversidade, não só pela fauna e pela flora, mas pela localização dela. Ela está em cima de uma serra, é formada por serra, por vales no seu interior e por essa vista aérea que permite aos turistas visualizarem grandes distâncias", relata o professor Jonas Seminotti. No seu topo, está localizado o Mirante do Morro da Borússia, um dos principais pontos turísticos da cidade, por proporcionar uma vista de 360 graus da paisagem litorânea. Em uma altura de 400 metros, os visitantes conseguem avistar lagoas, o parque eólico de Osório e o mar de Tramandaí.

Ao olhar a Borússia de frente, Francisco defende a criação de agroflorestas e ecoparques e o incentivo ao ecoturismo, considerando a riqueza de trilhas ecológicas, cascatas e o paisagismo. A cidade poderia aproveitar instrumentos como ICMS Verde e Créditos de Carbono, aponta. Para ele, ações de educação ambiental são essenciais para a valorização do morro e para o desenvolvimento de uma sensibilidade socioambiental, inclusive para resgatar a autoestima dos moradores nativos. "A Borússia é um vulcão de energia e hoje é um vulcão de oportunidades. Há muitas localidades que estão perdendo a sua identidade porque querem trazer uma extensão urbana para cá", diz o morador.

> *"Osório poderia ser uma cidade referência na questão ambiental, porque já tem o parque eólico, que é uma energia considerada limpa. Osório tem uma APA – poucos municípios do Rio Grande do Sul possuem Área de Proteção Ambiental municipal. Osório tem as suas lagoas e poderia investir num transporte alternativo"*
>
> — Ricardo Dagnino

Ao preservar as APAs, estamos garantindo a continuidade de ecossistemas saudáveis, além de assegurar a manutenção da qualidade de vida das comunidades locais e a proteção de recursos naturais. "A APA é como um patrimônio natural único e que deve ser preservado", conclui o biólogo Eduardo Ruppenthal.

· · ·

:: Posts relacionados

Biodiversidade e poluição

Porto Alegre: da catástrofe climática a uma reconstrução catastrófica?

Ineficácia do gerenciamento de bacias hidrográficas prejudica toda a população

Inovação tecnológica na fundição de ligas metálicas

INSTAGRAM

jornaldauniversidadeufrgs
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO

Jornal da Universidade

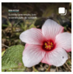
CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Praticando a escuta: pesquisa traz crônicas sobre os impactos da violência sexual na infância

Jornal da Universidade
N.206

O futuro da saúde com as mudanças climáticas
EMERGÊNCIA
CLIMÁTICA



View on Instagram

UFRGS
SECOM

UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

Designed using Unos Premium. Powered by WordPress.

Social Share Buttons and Icons powered by Ultimatelysocial